



RAMON RODRIGO FLORES MENDES

**O Contexto da Educação no Governo Dilma:
Entre Promessas e Desafios**

Rio de Janeiro - RJ

2024

RAMON RODRIGO FLORES MENDES

**O Contexto da Educação no Governo Dilma:
Entre Promessas e Desafios**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Graduação em Gestão Pública para o Desenvolvimento Econômico e Social do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Bacharel em Gestão Pública.

Orientadora: Renata Bastos da Silva

Rio de Janeiro - RJ

2024

CIP - Catalogação na Publicação

F175c Flores Mendes, Ramon Rodrigo
O contexto da educação o governo Dilma:entre
promessas e desafios / Ramon Rodrigo Flores
Mendes. -- Rio de Janeiro, 2024.
30 f.

Orientadora: Renata Bastos da Silva.
Trabalho de conclusão de curso (graduação) -
Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto
de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional,
Bacharel em Gestão Pública para o Desenvolvimento
Econômico e Social, 2024.

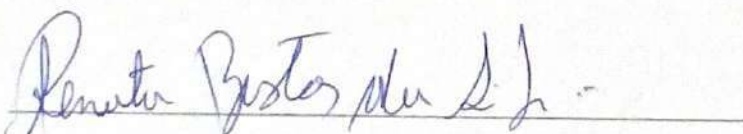
1. Política Nacional de Educação. 2. Governo Dilma
Rousseff. 3. Plano Nacional da Educação. 4. Programa
Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego. I.
Silva, Renata Bastos da , orient. II. Título.

RAMON RODRIGO FLORES MENDES
O Contexto da Educação no Governo Dilma
Entre Promessas e Desafios

Trabalho de Conclusão de Curso entregue ao Curso de Bacharelado em Gestão Pública para o Desenvolvimento Econômico e Social do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Bacharel.

Apresentado em: 11/07/2024

BANCA EXAMINADORA



Profa. Dra. Renata Bastos da Silva

Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional – UFRJ



Prof. Dr. Ricardo José de Azevedo Marinho

Unyleya Educacional

RESUMO

O presente trabalho objetiva analisar as políticas públicas educacionais no governo Dilma Rousseff (2011 - 2016), seus principais programas governamentais; examinar seus discursos sobre essa temática; além disso, analisar o seu entendimento político. Mas também discutir a respeito dos fatores que demandaram o pensar em educação, por parte dessa presidência. Concentrar-se na análise de um ex-ministro, o qual fez parte dessa regência, e em suas reflexões, às quais abarcaram a educação, durante essa fase. Inicialmente, será explorado o período referente ao primeiro mandato de Dilma; em seguida, revelar fatos pertinentes à implementação do ¹Plano Nacional da Educação (PNE) (2014-2024). E, por fim, abordar sobre os impactos dos programas educacionais e a importância de um programa de governo que priorize a educação.

Palavras-chave: Política Nacional de Educação; Governo Dilma Rousseff; Plano Nacional da Educação.

¹ O Plano Nacional de Educação para o decênio 2014/2024, instituído pela Lei nº 13.005/2014 definiu 10 diretrizes que devem guiar a educação brasileira neste período e estabeleceu 20 metas a serem cumpridas na vigência. Essa mesma lei reitera o princípio de cooperação federativa da política educacional, já presente na Constituição Federal e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, ao estabelecer que “a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios atuarão em regime de colaboração, visando ao alcance das metas e à implementação das estratégias objeto deste Plano” e que “caberá aos gestores federais, estaduais, municipais e do Distrito Federal a adoção das medidas governamentais necessárias ao alcance das metas previstas neste PNE...”

ABSTRACT

The present work aims to analyze public educational policies in the Dilma Rousseff government (2011 - 2016), its main government programs; examine their speeches on this topic; Furthermore, analyze your political understanding. But also discuss the factors that required this presidency to think about education. Focus on the analysis of a former minister, who was part of this regency, and his reflections, which covered education, during this phase. Initially, the period relating to Dilma's first term will be explored; then, reveal the facts pertinent to the implementation of the National Education Plan (PNE) (2014-2024). And, finally, address the impacts of educational programs and the importance of a government program that prioritizes education.

Keywords: National Education Policy; Dilma Rousseff Government; National Education Plan.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
2 O CONTEXTO DA EDUCAÇÃO NO GOVERNO DILMA	12
2.2 Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego	15
2.3 Ciências Sem Fronteiras.....	18
3 A EDUCAÇÃO SALVADORA: O SLOGAN QUE NÃO SALVOU NEM O GOVERNO	20
3.1 O Plano Nacional de Educação	21
4 CONCLUSÃO	26
REFERÊNCIAS.....	28

1 INTRODUÇÃO

Esta pesquisa é fruto da trajetória do autor, em sua atuação como gestor público, durante o período em que obteve a oportunidade de estagiar na prefeitura do Rio de Janeiro; e, excepcionalmente, na Secretaria de Educação, pela qual pôde atuar dentro de uma escola pública municipal, acompanhando e analisando algumas demandas da instituição e o desenvolvimento da educação pública. Nesse ambiente, refletiu sobre o campo educacional e constatou a importância e a necessidade de programas educacionais.

A unidade escolar em questão, a Escola Municipal Soares Pereira, localizada na Tijuca, bairro situado na zona norte do Rio de Janeiro, atende predominantemente crianças das periferias. Apesar de estar em uma região com um Índice de Progresso Social de 72,15%, superior à média municipal, a instituição enfrenta uma realidade paradoxal. A escola recebe alunos de diversas comunidades, como Borel, Formiga e Casa Branca, o que permitiu identificar os desafios enfrentados pelos estudantes do ensino fundamental.

A permanência do pesquisador, nesse contexto, corroborou com seus questionamentos quanto à viabilidade de políticas públicas educacionais, às quais equiparassem esses alunos ao mesmo patamar de moradores dessa localidade, e ainda, planejar metas e estratégias que servirão de alicerces para que a educação possa se tornar um instrumento competente e exequível na redução da desigualdade.

A educação brasileira tem enfrentado, ao longo dos anos, um descaso significativo em termos de políticas públicas, conforme evidenciado pelo ranking da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). O Brasil ocupa a 3ª pior posição entre os 42 países avaliados em relação ao gasto por aluno², refletindo diretamente no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB). Em 2021, a Escola Municipal Soares Pereira apresentou um IDEB de 4,5, abaixo da média nacional de 4,9. Este quadro se torna ainda mais alarmante quando se considera que o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio

² Disponível em: <https://jornal.usp.br/radio-usp/relatorio-da-ocde-mostra-que-brasil-e-o-terceiro-pior-entre-42-paises/#:~:text=Relat%C3%B3rio%20recente%20sobre%20educa%C3%A7%C3%A3o%20da,da%20m%C3%A9dia%20dos%20pa%C3%ADses%20ricos>.

Teixeira (INEP) tinha como meta alcançar uma média de 6,0 no IDEB em 2022. Destacando as dificuldades enfrentadas pelo sistema educacional brasileiro às múltiplas mudanças, frequentemente vinculados a momentos de instabilidade política.

Neste ano, encerrar-se-á o Plano Nacional de Educação (PNE) referente ao decênio 2014-2024; Esse documento foi elaborado pela União, de acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para coordenar a política nacional de educação e aos sistemas de ensino, cabe ressaltar que a LDB também afirma que a organização dos sistemas de ensino, será feita em regime de colaboração entre a União, os Estados, o Distrito Federal e Municípios, ratificando o proposto na Constituição Federal de 1998, uma colaboração, a fim de garantir a universalização do ensino obrigatório.

Nesta pesquisa, será ponderada os desdobramentos educação no governo de Dilma Rousseff, focalizando no período de 2015. Utilizou-se como fundamentação teórica, a obra: “A Pátria Educadora em Colapso” de Renato Ribeiro Janine; a escolha se deu pelo fato de o autor explicitar um olhar crítico como professor de Filosofia da Universidade de São Paulo (USP); enquanto ministro da Educação no período compreendido entre abril e setembro de 2015

Essa produção está organizada em capítulos, partindo do recorte histórico da eleição da presidente, Dilma Rousseff; em 2011. Será abordado os principais programas educacionais. E na segunda parte, dedicada a entender o período de reeleição desse governo; e a circunstância em que o Plano Nacional de Educação foi implementado, alinhado às ideias trazidas por Renato Ribeiro Janine.

A importância dessa pesquisa, para gestores, dar-se-á pelo fato de entender uma visão clara de um ex-ministro e algumas das dificuldades enfrentadas na educação brasileira; mas também refletir acerca do futuro da educação e de mecanismos que possibilitem a redução da desigualdade econômica.

2 O CONTEXTO DA EDUCAÇÃO NO GOVERNO DILMA

Enquanto prevalecer na política educacional a orientação de caráter neoliberal, a estratégia da resistência ativa será a nossa arma de luta. Com ela nos empenharemos em construir uma nova relação hegemônica que viabilize as transformações indispensáveis para adequar a educação às necessidades e aspirações da população brasileira.

(SAVIANI,1997, p. 238).

O governo da primeira mulher eleita em um pleito republicano e democrático no Brasil, Dilma Rousseff, teve início em 2011, após sua vitória nas eleições de 2010. Este período foi marcado pela continuidade dos esforços para consolidar a inclusão social iniciada por seu antecessor (Ribeiro, 2018), expandindo os programas destinados a reduzir a desigualdade social. Uma análise crítica desta gestão não pode prescindir da avaliação das políticas educacionais, como proposto por Renato Janine Ribeiro (2018), que argumenta que políticas públicas educacionais devem ser examinadas sob duas perspectivas fundamentais: em que medida contribuem para a melhoria da aprendizagem e se são eficazes na redução das desigualdades sociais. Com esse intuito, serão considerados para análise os programas Ciência sem Fronteiras, Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego, e o Plano Nacional de Educação (2014-2024), a fim de determinar sua eficácia em relação aos critérios mencionados.

A educação representa um dos mecanismos mais importantes para transformar o panorama de qualquer país que aspire ao desenvolvimento. No Brasil, este objetivo está firmemente estabelecido na Constituição Federal de 1988, que enfatiza a formação de cidadãos com valores republicanos. Preparar os indivíduos para o exercício pleno da cidadania vai além da mera instrução ou ensino; educar é abrir caminhos para o mundo (Janine, 2018).

Portanto, a educação, primordialmente, visa ensinar a viver, desenvolver o pensamento crítico, promover o conhecimento político, formar sujeitos éticos e

fomentar valores de igualdade. Busca, acima de tudo, sua universalização, ou seja, explorar ao máximo o potencial libertador e cidadão da educação.

A educação precisa incluir não apenas o desenvolvimento econômico, mas também a promoção da justiça social e da igualdade de oportunidades. Segundo Renato Janine, o Brasil enfrenta a pior forma de desigualdade: a de oportunidades. Isso torna a temática da desigualdade crucial em qualquer debate educacional, pois a educação não deve ser apenas um instrumento para o crescimento econômico. Como destacado por Sen (2018), as liberdades individuais dependem não apenas do crescimento econômico, mas também de determinantes sociais e educacionais, como o desenvolvimento do pensamento crítico.

Portanto, políticas públicas eficazes devem promover tanto o crescimento das liberdades individuais quanto a qualidade da educação. Analisando programas como o PRONATEC, Ciências sem Fronteiras e o Plano Nacional da Educação durante o governo Dilma, é possível avaliar se essas iniciativas foram capazes de melhorar o aprendizado e reduzir a desigualdade de oportunidades. Uma educação pública de qualidade é essencial para qualquer nação possa alcançar uma democracia efetiva.

Para averiguar a educação no governo Dilma, é necessário entender a importância dessa temática. Em 2011, Dilma assume com o discurso de que é necessário melhorar a educação tanto no quesito qualidade quanto em quantidade de vagas, desde a creche até a pós-graduação, mas priorizando a educação básica. Ela propõe que haja cooperação entre a União e os municípios, na oferta de vagas em creches e pré-escolas, indicando alinhamento previsto na Constituição Federal. “Na organização de seus sistemas de ensino, a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios definirão formas de colaboração, de forma a assegurar a universalização, a qualidade e a equidade do ensino obrigatório. (Redação da EC 59/2009) Brasil, 1988, Art. 211. §.4)

No segundo mandato de Dilma Rousseff (2015-2016), o lema escolhido foi “Brasil, Pátria Educadora”, demonstrando a que a educação poderia a ser a prioridade do governo, como demonstrado na Lei nº 13.249, de 13 de janeiro de 2016, que instituiu o Plano Plurianual da União do período de 2016 a 2019, que definiu como a primeira prioridade da administração pública, no período supracitado, atingir as metas do Plano Nacional da Educação. Idealizando a intenção de colocar a

educação no centro das políticas públicas, mas, de acordo com Renato Janine, o lema virou-se contra o próprio governo, pois a educação não estava atendendo. “acabou se tornando alvo fácil da propaganda contra o governo” (Janine, 2018).

Como elemento central, assimilar a importância desse programa em nosso país em pleno desenvolvimento, através da educação, faz-se necessário. Em “A Pátria Educadora em Colapso” de Renato Janine Ribeiro³, o autor aborda a ideia de que o governo petista dispôs de três etapas em seus respectivos programas. A primeira etapa teve como programa de destaque o Bolsa Família, política social de enfrentamento à condição de miséria e de pobreza - situações persistentes no país - criado, em 2003. O diagnóstico, no Brasil, de um percentual alto de pessoas vivendo em situação de pobreza justifica institucionalmente o investimento, por parte do Estado, em políticas sociais compensatórias. (Cruz e Pessali, 2007). Na segunda etapa, fica evidente a valorização real do salário mínimo, mudando o foco de uma política pública de compensação para a melhoria de vida através do trabalho; a terceira e última etapa, aponta a pretensão de valorizar a mão de obra e aumentar a renda da população, em síntese, o ensino técnico e profissionalizante. Ribeiro (2018) é enfático ao afirmar “Sem projeto de país a [...] educação anda a passos lentos”, e o projeto liderado pela então presidente Dilma Rousseff, especialmente no âmbito da educação, visava proporcionar melhores oportunidades de emprego aos cidadãos, conforme delineado no Plano Plurianual (PPA) 2016-2019. Isso se materializava através de iniciativas como os programas números: 2071 – Promoção do trabalho decente e economia solidária e 2080 – Educação de qualidade para todos. Uma análise do documento da mensagem presidencial de encaminhamento do PPA, revela que no capítulo dedicado à visão de futuro, enfatizou-se a geração de empregos de qualidade e a promoção de uma educação de excelência, visando a superação da extrema pobreza.

³ Renato Janine Ribeiro foi ministro de Estado da Educação, de abril a outubro de 2015. Desde 1994, é professor titular de Ética e Filosofia Política na USP e atualmente é presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso (SBPC). Ver mais em: <https://portal.sbpcnet.org.br/a-sbpc/gestao/diretoria/>

2.2 Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego

Em meados de 2011, foi sancionada a Lei 12.513, de 26 de outubro, instituindo o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico Emprego (Pronatec) objetivando a expansão, a interiorização e a democratização dos cursos de educação profissional técnica de nível médio; programas de formação inicial e continuada ou qualificação profissional. A presidente do Brasil analisava o desenvolvimento da nação por meio da economia, isto quer dizer, promover uma revolução na mão de obra brasileira focada em tornar o país mais produtivo, consequentemente sustentar os programas de investimentos sociais (Ribeiro,2018)

O texto da Lei supracitada tinha como objetivos:

- I - Expandir, interiorizar e democratizar a oferta de cursos de educação profissional técnica de nível médio presencial e à distância e de cursos e programas de formação inicial e continuada ou qualificação profissional;
- II - Fomentar e apoiar a expansão da rede física de atendimento da educação profissional e tecnológica;
- III - contribuir para a melhoria da qualidade do ensino médio público, por meio da articulação com a educação profissional;
- IV - Ampliar as oportunidades educacionais dos trabalhadores, por meio do incremento da formação e qualificação profissional;
- V - Estimular a difusão de recursos pedagógicos para apoiar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica;
- VI - Estimular a articulação entre a política de educação profissional e tecnológica e as políticas de geração de trabalho, emprego e renda (Brasil, 2011)

Para Renato Ribeiro (2018), o programa representa a melhor interpretação do slogan 'Pátria Educadora', uma vez que visava promover uma revolução na mão de obra, alinhando-se com a terceira etapa dos governos petistas. Neste contexto, o Estado assumiria o papel de formador de profissionais, enquanto o mercado absorveria essa mão de obra qualificada.

Desde do início do programa até 2014, de acordo com relatório do TCU⁴, o Pronatec teve investimento acumulado na ordem de R\$ 10,25 bilhões, demonstrando a importância do projeto para o governo, que tinha como intuito principal tornar o Brasil mais produtivo e nossas empresas mais competitivas, em razão disso melhorar a vida das pessoas (Ribeiro, 2018), finalizando a 3ª etapa dos governos petistas, anteriormente expostas, aprimorando os projetos sociais e a garantia dos cidadãos terem uma renda para além do salário mínimo.

Com mais de 8 milhões de matrículas, no período entre 2011 e 2014; e uma taxa de evasão de pouco mais de 17% das matrículas, um número expressivo, mas justificável, pois muitos cidadãos, durante o início dos cursos, abandonaram os estudos, após conseguirem emprego.

O Pronatec oferecia cursos divididos em duas modalidades: cursos técnicos profissionalizantes, com duração de dois anos, e cursos de qualificação profissional, que são formações rápidas e específicas em determinadas atividades, como Operador de Computador e Auxiliar de Recursos Humanos. Dos 866 cursos ofertados, 659 eram na modalidade de qualificação profissional, com duração mínima de 160 horas. Cabe destacar que 60% desses cursos tinham a duração mínima, conforme a Portaria nº 12/2016 do Ministério da Educação.

Para Vianna (2017), a lógica dos cursos rápidos oferecidos aos cidadãos segue uma estrutura que visa incluí-los no mercado de trabalho através de empregos não valorizados, oferecidos por cursos de baixa qualidade de ensino. Dessa forma, a formação ofertada foi direcionada a favorecer os lucros das instituições privadas. A educação foi cooptada pelo mercado, com cursos rápidos que inviabilizaram a formação crítica e republicana, focando apenas na inclusão produtiva e aumentando a competitividade das empresas.

Na obra de Renato (2018), destaca-se que a educação técnica, para ser verdadeiramente útil e formadora para a vida, não deve se limitar ao ensino de habilidades técnicas específicas, mas também incluir o entendimento do funcionamento do regime de produção dominante, bem como quem se beneficia e quem é prejudicado pelos avanços tecnológicos. Uma formação eficaz não apenas

⁴Relatório com o intuito de aprofundar o conhecimento das ações relacionadas ao Pronatec e as principais ações de capacitação.
Disponível em: <https://pesquisa.apps.tcu.gov.br/documento/acordao-completo/>.

capacita o aluno em sua função, mas também o prepara como pessoa, profissional e cidadão. Ao analisar o Plano de Curso de Pedreiro em Alvenaria, com duração de 200 horas, nota-se que a matriz curricular foca principalmente na formação técnica básica em pontos específicos da alvenaria, negligenciando aspectos importantes de formação cidadã.

Investigando mais a fundo o relatório mencionado do Tribunal de Contas da União (TCU), é evidente a lacuna de informações relativas à avaliação dos egressos quanto ao aumento de renda após a conclusão do curso. Ao confrontar esses dados com os resultados do PNAD de 2016, observa-se que a taxa de desemprego atingiu 11,2%, enquanto o rendimento real dos trabalhadores decresceu 3,3% em relação ao ano anterior. Após cinco anos desde o início do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC), não se registrou um incremento significativo no rendimento dos trabalhadores, com 24,6 milhões de brasileiros vivendo com renda inferior a um quarto do salário mínimo por mês ao final de 2016. Embora seja relevante considerar a crise na produção industrial durante o período, o Pronatec, devido à sua abordagem formativa simplificada, não conseguiu mitigar os impactos das transformações econômicas sobre seus beneficiários.

O Pronatec teve como idealização central a aproximação entre a educação e o setor produtivo, destacando a valorização do ensino técnico, essencial para o mundo empresarial. No entanto, como aponta Ribeiro (2018), o investimento dos empresários nessa área não é prioridade, deixando-a como responsabilidade exclusiva do Estado. Para estabelecer uma relação simbiótica entre o Governo e empresas, como propõe Mazzucato (2014), o Estado investiria em educação, inovação e outras áreas, enquanto as empresas também contribuiriam financeiramente, acarretando aumento de vagas de emprego. É crucial que o Estado continue investindo na qualificação de mão de obra e em outros aspectos do desenvolvimento do país

Com tudo exposto, analisar as perspectivas de aprimoramento do aprendizado, o Pronatec revelou-se insuficiente, predominantemente oferecendo cursos rápidos destinados a atender demandas emergenciais do mercado. Esta abordagem contrasta com o imperativo fundamental da gestão pública de promover o bem comum e assegurar que as políticas públicas sirvam verdadeiramente à sociedade (Ribeiro, 2018), em vez de privilegiar interesses de grupos econômicos

específicos. O Pronatec falhou em implementar uma política educacional que promovesse a formação crítica, livre e democrática.

2.3 Ciências Sem Fronteiras

No ano de 2011, foi estabelecido o decreto 7.642 que instituiu o programa ⁵Ciências sem Fronteiras (CSF), projeto financiado pelo governo, objetivando:

Propiciar a formação e capacitação de pessoas com elevada qualificação em universidades, instituições de educação profissional e tecnológica, e centros de pesquisa estrangeiros de excelência, além de atrair para o Brasil jovens talentos e pesquisadores estrangeiros de elevada qualificação, em áreas de conhecimento definidas como prioritárias. (Brasil, 2011)

O programa Ciências sem Fronteiras, (CSF), proporcionou aos estudantes, de nível superior, a possibilidade de mobilidade acadêmica internacional; por meio de concessão de bolsas de estudos, propondo aos discentes o aprendizado de novas técnicas e métodos, após a conclusão, retornavam para o Brasil, o principal objetivo desse programa era mitigação do *déficit* de profissionais qualificados, a fim de suprir as demandas específicas para o avanço e desenvolvimento do país. (Silva, 2012, p.29, apud COSTA, 2015, p.49)

Para Ribeiro (2018), o projeto tinha como objetivo primordial aumentar a produtividade do Brasil e fortalecer sua internacionalização, desde que houvesse um projeto estratégico claro definindo as prioridades nacionais.

Segundo Nussbaum (2009), a busca desenfreada pelo lucro levou políticos a acreditar que apenas o ensino de ciência e tecnologia é essencial para o bem-estar da população, negligenciando outras habilidades cruciais para a saúde da democracia e um modelo robusto de cidadania. O Programa Ciências Sem Fronteiras (CSF) segue esse perigoso caminho ao enfatizar uma educação focada

⁵ O Ciência sem Fronteiras foi criado pelo governo federal para promover a consolidação, expansão e internacionalização da ciência e da tecnologia, da inovação e da competitividade brasileira por meio do intercâmbio de estudantes de graduação e de pós-graduação e da mobilidade internacional.

no crescimento econômico, potencialmente esvaziando o debate democrático. Priorizando áreas técnicas e de engenharia (Ribeiro, 2018), o CSF reflete uma política pública do período Dilma com o exclusivo propósito de aumentar a produtividade.

De acordo com a Portaria Interministerial nº 01/2013, que estabelece as áreas e temas prioritários do Programa CSF, observamos o foco nas engenharias e demais áreas tecnológicas, alinhando-se à visão de uma educação para o enriquecimento conforme descrito por Martha Nussbaum (2009), que exclui o pensamento crítico e forma alunos propensos a ignorar as desigualdades sociais.

Embora o programa tenha significativamente contribuído para a internacionalização da educação superior no Brasil, alcançando sua meta inicial de beneficiar 100 mil alunos até 2015, juntamente com o Pronatec, não houve um planejamento adequado para a integração desses cientistas no mercado de trabalho nacional. Em um mundo globalizado, o compartilhamento de conhecimento é crucial para o desenvolvimento de um país emergente, porém a eficácia do CSF é questionável devido à falta de planejamento e adaptação das universidades ao influxo de alunos no curto período de 2011 a 2015 (Ribeiro, 2018,).

Costa (2015) destaca que o CSF internacionalizou o estudante, proporcionando-lhe uma "vitória pessoal", enquanto as universidades brasileiras não avançaram nesse aspecto. O maior benefício foi individual, sem um retorno adequado do investimento educacional por parte dos beneficiados à sociedade brasileira, revelando uma falta de compromisso com a república democrática. Como salientado por Ribeiro (2018, p. 288), "O Brasil precisa melhor aproveitar seus expatriados", enfatizando a necessidade de políticas públicas que promovam um desenvolvimento humano integral, para além do crescimento econômico, visando uma sociedade mais justa e inclusiva.

3 A EDUCAÇÃO SALVADORA: O SLOGAN QUE NÃO SALVOU NEM O GOVERNO

Gostaria de anunciar agora o novo lema do meu governo. Ele é simples, é direto e é mobilizador. Reflete com clareza qual será a nossa grande prioridade e sinaliza para qual setor deve convergir o esforço de todas as áreas do governo. Nosso lema será: BRASIL, PÁTRIA EDUCADORA!
(Brasil, Presidente,2015)

No ano de 2014, aconteceu o pleito eleitoral para presidente da república, Dilma, então presidente, concorreu a reeleição, no segundo turno, disputado com Aécio Neves, que teve 48,36% dos votos válidos e Dilma com 51,64%, portanto, reeleita ao cargo de presidente.

No ato da diplomação, realizado em 1º de janeiro, de 2015, a presidente discursou no Congresso Nacional, colocando a educação como centralidade de todo o seu governo, por meio do Slogan “Brasil, Pátria Educadora”, sinalizando o evidente propósito de ampliar e qualificar a educação. Ainda analisando a fala dela, podemos constatar outros fatos que corroboraram sua argumentação exposta, Dilma cita a necessidade de formar cidadãos comprometidos com a ética e com concepções republicanas.

No discurso de posse, a presidente apresentou, no âmbito orçamentário, propostas de ampliação dos recursos dos royalties do petróleo para a educação. Segundo Renato (2018), o slogan "Pátria Educadora" deveria englobar medidas de interesse do setor produtivo, com o intuito de melhorar a produtividade, bem como medidas de impacto social, como a valorização do ensino. A educação pública de qualidade necessita de investimento, corroborando o slogan escolhido; entretanto, na prática, isso não ocorreu, transformando o slogan em uma ferramenta para sustentar críticas. Como afirmou Ribeiro (2018, p. 184), “A pátria deve ser mesmo educadora ou não será nada. O lema do governo era correto”. Além da falta de investimento na educação, o conhecimento promovido por programas como Pronatec e CSF era predominantemente técnico, faltando uma abordagem que

promovesse nos cidadãos uma compreensão mais ampla da sociedade e do mundo, capacitando-os a tomar melhores decisões (Ribeiro, 2018).

No mesmo período, o ⁶Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) brasileiro estava em 5,5, dentro das projeções do INEP; uma crise econômica estava a caminho e a economia brasileira já apresentava sinais de fragilidade; culminando ,em 2017, com o aumento da taxa de desemprego ,13,7%⁷, a virada da política macroeconômica, os cortes na educação, já evidenciavam, no 2º ano do mandato, uma redução do orçamento em educação de R\$ 133,1 bilhões para R\$ 119,1 bilhões ,retrocedendo menores patamares, em relação a 2002, no quesito investimento da educação(Rossi, 2019). A crise econômica, aliada à crise política, retirou a educação das prioridades governamentais, resultando em um slogan que, embora inicialmente impactante, teve um efeito placebo.

3.1 O Plano Nacional de Educação

Sob a égide da constituição cidadã de 1988, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei N° 9.394 de 20 de dezembro de 1996, atribuiu a União elaborar o Plano Nacional da Educação, em colaboração com Estados, o Distrito Federal e os Municípios que compõem a República Federativa, o Plano Nacional de Educação com as diretrizes e metas para os dez anos seguintes.

O Plano Nacional Educação (PNE), do período vigente de 2001 a 2010, foi o primeiro a ser regulamentado por lei específica⁸, elaborado no Governo de Fernando Henrique Cardoso.

O ministro, qualquer ministro, que assumisse o MEC teria um documento a norteá-lo, O Plano Nacional da Educação (PNE), sancionado havia menos de um ano, se o país tivesse dinheiro, teria sido um trunfo e, depois, um triunfo; como não tínhamos, tornou-se um desafio e, depois, um problema. Entre os ideias da educação e a realidade das contas a pagar, havia um abismo. (Ribeiro,2018, p. 41)

⁶ IDEB é o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica, criado em 2007, pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), formulado para medir a qualidade do aprendizado nacional e estabelecer metas para a melhoria do ensino.

⁷PNAD Contínua (Pesquisa Nacional por Amostras de Domicílio) realizando pelo IBGE

⁸ Lei N° 10.172, de 09 de Janeiro de 2001.

Preconizado no Artigo 206, Inciso VI, da Constituição Federal, a gestão democrática do ensino público institucionaliza o Fórum Nacional da Educação (FNE)⁹, por meio da 1ª Conferência Nacional da Educação (Conae). Suas diretrizes foram estabelecidas, destacando a participação popular, como um dos seus principais eixos (Andrade, 2015), ampliando, assim, a participação da sociedade civil no delineamento das políticas públicas, uma demanda histórica dos movimentos sociais.

A Lei 13.005, de 2014, sancionada sem vetos pela presidente Dilma, reconheceu a importância do FNE e da Conae. Esta legislação servirá como um roteiro para os próximos 10 anos da educação brasileira, representando uma busca por uma gestão pública participativa. Por essa razão, pode ser considerada "o último grande projeto social dos governos petistas" (Ribeiro, 2018, p. 42).

São diretrizes do Plano Nacional de Educação (PNE) (2014-2024):

- I - erradicação do analfabetismo ;
- II - universalização do atendimento escolar;
- III - superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação;
- IV - melhoria da qualidade da educação;
- V - formação para o trabalho e para a cidadania, com ênfase nos valores morais e éticos em que se fundamenta a sociedade;
- VI - promoção do princípio da gestão democrática da educação pública;
- VII - promoção humanística, científica, cultural e tecnológica do País;
- VIII - estabelecimento de meta de aplicação de recursos públicos em educação como proporção do Produto Interno Bruto - PIB, que assegure atendimento às necessidades de expansão, com padrão de qualidade e equidade;
- IX - valorização dos (as) profissionais da educação;

⁹ Portaria Normativa nº 1407, de 2010, do Ministério da Educação (MEC)

X - promoção dos princípios do respeito aos direitos humanos, à diversidade e à sustentabilidade socioambiental. (Brasil,2014)

A legislação em questão estabelece além dos objetivos mencionados, 20 metas e 254 estratégias para o período de dez anos (2014-2024), sendo amplamente reconhecida como um projeto ambicioso voltado para definir as prioridades da educação nacional. Entre essas metas, destacam-se a universalização do ensino médio e da pré-escola, a criação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), a promoção de uma gestão democrática nas escolas, e o aumento do investimento na educação.

O Plano Nacional de Educação (PNE) é uma iniciativa de cooperação entre a União, Estados e Municípios. Como observado por Renato (2018), a falta de clareza na divisão de responsabilidades federativas, especialmente na área da educação, muitas vezes direciona demandas aos entes federativos inadequados. Segundo a Constituição de 1988, cabe à União organizar o sistema educacional e supervisionar o ensino superior, enquanto o PNE, apesar de ser uma legislação nacional promulgada pelo Congresso e executada pelo Presidente, depende da colaboração entre União, Estados e Municípios.

Portanto, há um descompasso entre a formulação e a implementação do PNE, uma vez que suas metas ambiciosas dependem significativamente dos recursos financeiros dos municípios, que frequentemente enfrentam limitações orçamentárias severas para sua implementação. Além disso, como observado por Ribeiro (2018), o PNE frequentemente traduziu prioridades educacionais em alocações orçamentárias, relegando metas pedagógicas que visam a melhoria efetiva da qualidade educacional a um segundo plano.

Outro ponto relevante, além da dissonância entre a elaboração e a implementação do Plano Nacional de Educação (PNE), é o lapso temporal desde sua concepção até seu lançamento. Conforme discutido anteriormente, o plano, que tinha a questão orçamentária como um dos pilares fundamentais, foi lançado em meio à crise econômica que assolou o Brasil. Renato (2018) argumenta que persiste no Brasil uma falácia exacerbada de que o aumento de recursos financeiros

resolveria os problemas educacionais: "Não se melhora a qualidade apenas com mais verba; é preciso garantir que os gastos - ou os investimentos - obedeçam a critérios sérios" (Ribeiro, 2018, p. 264). Em outras palavras, a crise afetou diretamente a implementação do Plano Nacional de Educação, reforçando a necessidade de um planejamento responsável, independentemente das condições econômicas adversas.

O Tribunal de Contas da União (TCU), em seu relatório de desempenho da economia brasileira, destacou que, em 2015, o Brasil enfrentou a maior variação negativa do Produto Interno Bruto (PIB) desde o início da série histórica em 1996, indicando uma recessão econômica que resultou em cortes orçamentários, afetando diretamente o setor educacional.

Houve uma crença difundida de que a simples alocação de recursos resolveria os desafios educacionais, refletida nas metas ambiciosas do PNE, como o aumento gradual do investimento educacional para 10% do PIB. O plano, seguindo tendências de políticas anteriores, transformou prioridades educacionais em alocações orçamentárias específicas. Isso pode ser observado na Meta 20, que propunha aumentar o investimento público em educação para 10% do PIB até o final da vigência do PNE, também foi analisada. Em 2020, verificou-se que apenas 5,1% do PIB estava efetivamente investido em educação, muito abaixo do planejado inicialmente em 2014.

Entretanto, a Meta 3, que visava universalizar o acesso ao ensino médio para jovens de 15 a 17 anos até 2016 e elevar a taxa líquida de matrículas para 85% até o final do período do PNE (Brasil, 2014). De acordo com dados do Observatório do PNE em 2020, o Brasil alcançou uma taxa de 94,5%, evidenciando avanços significativos apesar das dificuldades econômicas.

A crise econômica, a falta de priorização na melhoria da qualidade educacional e as dificuldades no diálogo entre União e entes federativos contribuíram para transformar o PNE em um documento com metas aparentemente inalcançáveis. Isso sublinha a necessidade crucial não apenas de garantir recursos adequados, mas também de implementar um planejamento estratégico e eficaz que

leve em consideração a complexa rede de cooperação entre União, Estados e Municípios para alcançar uma educação de qualidade.

O Plano Nacional de Educação, vigente de 2014 a 2024, foi lançado em um contexto econômico desafiador, acompanhado de metas ambiciosas para uma década. Esse cenário apresentou desafios substanciais para sua implementação efetiva, como evidenciado pelos indicadores analisados. Em um período em que a educação era proclamada como um pilar fundamental do governo, os cortes orçamentários destinados à educação durante a implementação do PNE geraram questionamentos significativos tanto na mídia quanto entre a população.

4 CONCLUSÃO

O período, entre 2011 até 2016, trouxe diversas mudanças no panorama governamental do Brasil, marcado, não só pela eleição da primeira mulher para presidente, mas também pela continuidade de um projeto de social-democracia, o qual se iniciou com Luiz Inácio Lula da Silva. Durante o período analisado, o compromisso do Partido dos Trabalhadores (PT) em combater a miséria e reduzir a desigualdade teve reflexos tangíveis, no campo educacional.

A abordagem adotada por Dilma Rousseff evidencia uma conexão entre a política educacional e as questões econômicas, objetivando fortalecer a mão de obra para permitir à população condições de alcançar um salário mais elevado, assim como gerar mais produtividade. Mediante a análise percebe-se que a alfabetização e outros problemas educacionais brasileiros ficaram em segundo plano; dificultando a melhoria no quadro educacional brasileiro, entretanto, a valorização do ensino básico é imprescindível para a construção de uma sociedade menos desigual.

Ao longo desta pesquisa, partimos da hipótese de que os programas PRONATEC e Ciências sem Fronteiras (CSF) buscavam promover uma educação voltada para o enriquecimento, resultando na formação de indivíduos passivos e de alunos que desconsideram os valores republicanos. Nesse contexto, a educação para formar uma classe trabalhadora consciente de sua condição social foi relegada a um plano secundário.

O programa Ciências sem Fronteiras comprova esta hipótese ao demonstrar que muitos expatriados não retornam com o conhecimento adquirido para o Brasil. Já o PRONATEC se foca em cursos de curta duração, sem proporcionar uma apropriação aprofundada do conhecimento.

Conforme refletido por Renato Janine Ribeiro, as políticas públicas educacionais devem responder a duas perguntas fundamentais: se melhorarão o aprendizado e se reduzirão a desigualdade. A análise do cenário educacional revela uma crítica ao principal programa do Governo de Dilma Rousseff, o Pronatec, que não proporcionou condições de ascensão social aos seus egressos, relegando a responsabilidade pela melhoria das condições sociais unicamente à educação, enquanto mascarava as desigualdades sociais e atribuía o fracasso ao indivíduo.

O enfrentamento das desigualdades, especialmente de oportunidades, é essencial através da interseccionalidade das políticas públicas. A educação profissionalizante, isoladamente, sem a integração com outros programas de inclusão social, não resolve a problemática. A educação deve ser um meio inclusivo e, para tal, necessita de maior qualidade em todos os níveis, desde a alfabetização até o ensino superior, técnico e médio, pois é no início do processo educativo que se estimula o senso de autonomia e liberdade.

Em análise sobre a implementação do PNE e suas dificuldades, destaca-se importância de não apenas analisar as políticas em si, mas também de ter uma visão mais holística, as quais abranjam fatores econômicos, políticos e sociais que influenciaram diretamente nas políticas públicas, é indiscutível que o PNE é de grande importância para a educação pública brasileira; porém, há a necessidade de que se estabeleçam metas mais racionais, especialmente em momentos de crise financeira. Vale ressaltar que esses desígnios ambiciosos e as diversas estratégias do PNE (2014-2024) em um momento de crise financeira poderiam ser revertidos em propósitos mais palpáveis.

Por conseguinte, pondera-se que, após 2016, muitas dessas políticas foram reformuladas, dificultando análises retrospectivas, porém reforçando a importância em valorizar e compreender os planos de governos, já que a educação tende a seguir caminhos traçados por eles. Assim, não é possível obter melhorias na área da educação no decorrer de um governo que propõe cortes de gastos por parte do Estado. Consequentemente não há como melhorar a educação em um governo que não tem responsabilidade com o dinheiro público.

Em suma, esta pesquisa oferece percepções para futuras políticas públicas e estratégias educacionais no país, promovendo uma educação voltada para o desenvolvimento econômico e social do Brasil. Destaca o progresso e os desafios enfrentados durante o período analisado, e sinaliza a importância do investimento responsável do Estado no setor educacional.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, H. N. FNE, Conae e PNE: **Por uma referência social na política educacional. Retratos da Escola**, [S. l.], v. 8, n. 15, p. 473–487, 2015. DOI: 10.22420/rde.v8i15.454. Disponível em:

<https://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/view/454>. Acesso em: 16 abr. 2024.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidente da República, [2016]. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 19 de abr. 2024.

_____. <https://pne.mec.gov.br/>

_____. Presidente (2011-2016: Dilma Rousseff). **Discurso na Cerimônia de Posse**. Brasil, 01 de jan. 2011. Disponível

em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2011/01/01/integra-do-discurso-da-presidente-dilma-rousseff-na-cerimonia-de-posse>. Acesso em: 9 de abr. 2024.

_____. Presidente (2011-2016: Dilma Rousseff) **Discurso na cerimônia de posse**. Brasil, 01 de jan. 2015. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/448217-integra-do-discurso-de-posse-da-presidente-dilma-rousseff-no-congresso/>. Acesso em: 9 de abr. 2024.

_____. Decreto 7.642, de 13 de dezembro de 2011. Institui o Ciências sem Fronteiras. Acesso em: 19 de abr. 2024.

_____. Lei 12.513, de 26 de outubro de 2011. Institui o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec); altera as Leis 7.998, de 11 de janeiro de 1990, que regula o Programa do Seguro-Desemprego, o 39 Projetos para o B Abono Salarial e institui o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), 8.212, Brasil de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre a organização da Seguridade Social e institui Plano de Custeio, 10.260, de 12 de julho de 2001, que dispõe sobre o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior, e 11.129, de 30 de junho de 2005, que institui o Programa Nacional de Inclusão de Jovens (ProJovem); e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 27 out. 2011b. Disponível em: . Acesso em: 11 de abr. 2024

CLEMENTINO, A. M.; OLIVEIRA, D. A. **Tensões e contradições das políticas educacionais dos governos de Lula e Dilma Rousseff: aprendendo com as lições do passado** . Práxis Educativa, [S. l.], v. 18, p. 1–23, 2023. DOI: 10.5212/PraxEduc.v.18.22022.078. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/praxiseducativa/article/view/22022>. Acesso em: 11 abr. 2024.

COSTA, Noelia Cantarino da. **Internacionalização da educação superior e o Programa Ciências sem Fronteiras: um estudo na Universidade Federal Fluminense**. 2015. 164 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Políticas Públicas e Formação Humana, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014. Disponível em: https://www.bdtd.uerj.br:8443/bitstream/1/14955/1/Dissert_%20Noelia%20da%20Costa.pdf. Acesso em: 13 abr. 2024.

CRUZ, Marcio J.V.; PESSALI, Huáscar F. (2007) **'As implicações da racionalidade limitada na elaboração de políticas compensatórias de combate à pobreza: uma análise do Programa Bolsa Família'**. Texto para Discussão nº 12, 2007. Curitiba-PR: CEPEC/UFPR. Disponível em: http://www.economiaetecnologia.ufpr.br/textos_discussao/texto_para_discussao_ano_2007_texto_12.pdf. Acesso em: 10 abr 2024

NUSSBAUM, Marta. **Educação para o lucro, Educação para liberdade**. Revista de Redescobertas – Revista online do GT de Pragmatismo e Filosofia Norte-americana. Ano I, número 1, 2009.

RIBEIRO, Renato Janine. **A pátria educadora em colapso: reflexões de um ex-ministro sobre a derrocada de Dilma Rousseff e o futuro da educação no Brasil**. São Paulo: Três Estrelas, 2018.

ROSSI, P. et al.. AUSTERIDADE FISCAL E O FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO NO BRASIL. **Educação & Sociedade**, v. 40, p. e0223456, 2019.

Sen, Amartya. **DESENVOLVIMENTO COMO LIBERDADE**, São Paulo: Companhia das Letras, 2018

TEIXEIRA, A. **Educação não é privilégio**. 3. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1971.

VIANNA, Ana Carolina Batista. **O significado do PRONATEC na política de educação profissional no Brasil**. 2017. 197 f. Dissertação (mestrado) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Faculdade de Serviço Social.